

Entre Versos e Prosas como se fabrica uma região chamada Exótico

Roberto Mibielli – UFRR/PPGL

Resumo:

Da desimportância de um lugar que se crê selvagem (e que não o é, de fato) inventam-se falas e lendas que se configuram como estratégia de fixação de uma identidade para aquele local. Antônio Cândido, no prefácio da Formação da Literatura Brasileira afirma sermos galho secundário da literatura portuguesa, por sua vez, arbusto de segunda ordem do jardim das musas, ressaltando, porém, que se nós não cultivarmos nossa literatura, ninguém o fará por nós. Por outro lado, Tanto Hall, quanto Tomás Tadeu da Silva, argumentam ser a identidade fruto da diferença, resultado, portanto, do contraste entre o eu e o outro. É na confluência destes dois rios caudalosos que cremos ver nascer, desde o período das narrativas de viagem e das expedições científicas, uma forma de etiologia do lugar, ou um discurso etiológico que procura não apenas justificar o surgimento e a importância de dado lugar (no nosso caso Roraima), mas que se configura como a resultante direta do discurso do outro, do estrangeiro que aqui esteve na tentativa de criação de uma identidade. Esse discurso, em alguns casos se mostra, inclusive alheio a elementos do próprio lugar, buscando para além das fronteiras deste, outros componentes que podem implicar em fragmentos de diásporas e/ou em diferentes estratégias e artifícios literários. Para tanto, buscamos indícios, em três obras de Nenê Macaggi (A Mulher do Garimpo, Exaltação ao Verde e Nará Sué Warená), considerada a romancista fundadora de nossa literatura em Roraima e da poesia de alguns dos principais integrantes do Grupo Roraimeira (Zeca Preto, Neuber Uchoa e Eliakin Rufino), destas construções de papel, cuja materialidade não corresponde diretamente aos costumes locais ou a elementos das culturas tradicionais. Resulta desta análise uma visada sobre os dois discursos predominantes na literatura da/na região: o do exotismo e o do desenvolvimento.

É certo que quase nenhum lugar na face da terra possa se dizer puro em termos de relações culturais. Todo povo, toda cultura, cada vez mais, à medida que avançamos no incremento das tecnologias da informação, sofre influências que podem extrapolar os limites das fronteiras unindo por laços indeléveis realidades cuja tangência física inexistente. Se pensarmos neste fenômeno em termos de comunidades indígenas, mesmo antes do raiar do século XVI, já havia forte intercâmbio – fosse pelas guerras de conquista que travavam entre si, fosse por quaisquer outros motivos que ignoremos – fato que gerava um contexto intercultural capaz de gerar os princípios norteadores da língua geral que praticamente dominava o litoral brasileiro de ponta a ponta.

Não é, portanto, nenhuma novidade pensarmos que nossa cultura, ainda antes do colonialismo que nos foi imposto, tenha sido vária e diversa em muitos de seus aspectos. Há, todavia, os que ainda sustentam um discurso de pureza, condenando o contato de comunidades indígenas inteiras com a civilização ocidental, como se isto fosse possível, como se realmente existisse a figura do bom selvagem e fosse possível mantê-lo isolado abaixo de uma redoma de vidro. Só assim ele não seria corrompido pela civilização e seus valores espúrios e não seria obrigado a renegar seus próprios valores tradicionais.

Ninguém nega que o modelo de vida social coletivista de boa parte das culturas tradicionais ainda existentes na Amazônia se aproxime de um modo idealista de convívio em que o coletivo ainda prevalece sobre o individual. Contudo, é sempre bom ressaltar que mesmo nesses ambientes regidos por uma tradição milenar, já existem indivíduos que enxergam no contato uma possibilidade de superação de inúmeros problemas enfrentados por suas comunidades.

Isso, por si só já autoriza uma leitura destes contextos, no mínimo, como contextos em que a interculturalidade, embora ocorra de modo mais lento, é um processo irreversível. O discurso dos que esperam evitar o que chamam de catástrofe humanística, por outro lado, peca em pelo menos três frentes: na primeira porque não permite a autonomização destes povos e comunidades ao negar-lhes o direito de escolha dos seus rumos; na segunda frente, ao propagar e ajudar a manter um discurso de exotização, de maravilhamento diante de uma possível utopia indígena, isolando comunidades inteiras; na terceira, ao contribuir para o empobrecimento da perspectiva

intercultural, ao negar a complexidade e multiplicidade de toda e qualquer cultura, reservando a algumas um lugar de isolamento e pureza impossível de ser mantido.

Como decorrência direta desta terceira frente, há um inevitável contato que se dá no dia a dia, no escambo, no mercado, em outras relações que se estabelecem ao acaso ou por necessidade comunitária e que ocorrem, em função deste silenciamento, sem o menor teor crítico de parte a parte, sem que se estabeleçam parâmetros para que essa relação possa ser compreendida em boa parte de sua extensão por ambos os componentes dela.

Vítimas desta relação desigual e inconsciente de si o são boa parcela de nossos indígenas, como também boa parte daqueles que julgam estar trabalhando a favor da preservação destas culturas. O fato deste discurso acentuar a necessidade de isolamento e impalpabilidade dessas culturas contribui de forma clara, no imaginário ocidental, para a manutenção da aura exótica que circunda toda a Região Amazônica, pois, o que não deve ser tocado, não pode ser conhecido, não pode ser visitado, perpetuando a magia de sua existência diferente. É claro que este não é o único, nem mesmo o principal, fator que sustém o discurso do exotismo, mas é uma das formas mais comuns de apresentação da perspectiva preservacionista em relação aos nossos povos autóctones, especialmente em se tratando de literatura.

É importante destacar que ainda em nossos dias a Amazônia representa, no imaginário da grande maioria das pessoas, o El Dorado que se está por descobrir. Imagina-se que haja na Região da Amazônia Legal, riquezas incomensuráveis, oriundas dos três reinos naturais. Mas a construção desta faceta do imaginário não se limita apenas aos reinos da natureza, abarca também o universo da cultura. A diversidade de fronteiras e de culturas, dentro e fora das comunidades locais (inclusive no que tange à comunidades e etnias indígenas), é um dos elementos que merece destaque.

Observa-se, todavia, que diante de tanta exuberância, diversidade e principalmente diante de tanta complexidade e peculiaridades, não há uma única Amazônia, mas várias. Assim sendo, tampouco há uma única literatura Amazônica, dentro do conjunto da literatura brasileira, mas várias. Como se, diante de tanta amplitude e tantos espaços silenciosos em que impera a mata, houvesse fronteiras e países diversos.

O ambiente que figura no senso comum tão pouco corresponde à realidade da Região. A Amazônia é muito diferente em sua conformação geográfica, climática, e nos habitats que proporciona e estes, por seu lado, têm ampla influência na cultura das populações que neles vivem. Se de um lado predominante, mas nunca homogêneo, há matas exuberantes e abundantes, por outro lado também há o pântano, o altiplano e o lavrado (espécie de estepe, pobre de florestas e rica em vegetação rasteira, como é o caso de mais de 60% do território roraimense). Os próprios espaços urbanos são muito diversos entre si. Manaus e Belém, por exemplo, são centros que ilustram bem essas diferenças.

A grandeza e a extensão da floresta, assim como todos os mitos e lendas a partir dela gerados ajudam a compor um quadro em que dificilmente conseguimos escapar ao discurso do exotismo. Prova disto são os discursos engendrados pelos viajantes que por aqui passaram, dentre eles Theodor Koch Grümberg. Segundo Sheila Praxedes (2014), o alemão monta de tal modo a cena, que pretende mostrar a seus colegas europeus, que torna os próprios protagonistas reféns do pré-conceito que o imaginário europeu alimenta em relação a como deve ser o índio:

Manda [o chefe Pitá] que os moradores se pintem festivamente, pois eu disse que queria tirar algumas fotos. Manda todo o seu povo se alinhar. Algumas moças vestiram saias européias de chita. Dou-lhes a entender que não acho isso nem um pouco bonito. Imediatamente, deixam as saias cair e mostram as bonitas tangas de miçangas que estavam usando por baixo da “civilização”. (KOCH-GRÜNBERG, 2006, p. 59)

É, pois, a partir deste modo de apresentação da realidade fotográfica que a “realidade” é narrada ficcionalmente. E esta ficção é também um documento histórico, que visto sem o depoimento do próprio fotógrafo e etnólogo, corresponderia ao modo como os índios realmente eram. Assim foi aos olhos ávidos de exotismo dos europeus que viram a fotografia exposta, assim, outros tantos, cujo depoimento que atestasse a composição da cena sequer existiu, fizeram a nossa história e ajudaram a cunhar (pleno de exotismos habilmente fabricados) o que chamamos de identidade.

Do lado de lá da moeda, temos um discurso que pretende, desde muito, integrar a Amazônia ao contexto nacional, em alguns momentos, em função da ameaça de fragmentação do império (bastava observar o que ocorria nos demais países da América Latina no século XIX), levando-se em conta o argumento de Márcio Sousa de que a

Amazônia foi silenciada e submetida à força a um poder central, pois se tornara um importante espaço de poder econômico durante o ciclo da borracha, chegando, inclusive a influenciar no financiamento da própria estruturação da cidade maravilhosa, durante a primeira República, com o que se arrecadava de impostos da borracha. Em outros momentos o desejo de integração se deu em função de um discurso capitalista que gerava ao redor das riquezas ainda por descobrir e desde sempre fruto da cobiça de outras nações capitalistas, gerando uma paranóia institucional no melhor estilo “A Amazônia é nossa” (e deve ser preservada).

O mote preservacionista, portanto, de um lado liberta os povos do jugo cultural ocidental, ainda que eles não o queiram e, deste outro lado, ao colocá-los sob a tutela do estado brasileiro, desenvolvendo e integrando economicamente a região, preserva o território amazônida, ao mesmo tempo em que o pacifica e o torna produtivo. Foi o que, aliás, pretenderam os instituidores da Zona Franca de Manaus. Em parte, tentava-se conter a completa decadência econômica que assolou a Região após a derrocada da borracha, em parte, buscava-se a integração produtiva e econômica da Região ao restante do território nacional.

Na literatura e na cultura de um modo geral esses dois discursos transitaram por cenários ora fictícios, ora demasiado reais, gerando expectativas em relação a esta ambiência que oscilavam entre a possibilidade de nos depararmos com o paraíso terrestre (perdido ou não), ou de irmos ao tenebroso encontro do inferno verde.

Assim, desde o raiar do século XX, nossos mais ilustres e desconhecidos escritores têm-se esmerado em criar quadros vivos em que buscam carregar nas tintas de um ou outro discurso, num ou noutro cenário. Não pretendemos, nem nos seria possível realizar, ao longo desta pesquisa um apanhado de toda a diversidade cultural envolvida no cenário amazônico, no período de um ano e meio. Mas, sempre que possível, observar comparativamente alguns elementos desta variedade apontando na forma de categorização quais obras se propunham a constituir uma imagem mais voltada para um dado fator preponderante.

Entendíamos que a separação em categorias de tipificação não garantia uma classificação exata uma vez que as obras em questão, por serem, em sua maioria, textos literários, não têm compromisso com uma fixidez de imagem e discurso, podendo acomodar em seu enredo mais de um ponto de vista/discurso/imagem sobre dado local.

Deste modo, dada a heterogenia de vozes encontradas, buscou-se, sempre que possível atribuir a primazia discursiva aos narradores e aos protagonistas, evitando recair na armadilha de uma tipificação duplicada ou de um labirinto de vozes e pontos de vista secundários que tornassem impossível uma visão do conjunto das obras analisadas. Assim, pode-se dizer que esta classificação atendeu ao critério da predominância de certos discursos e imagens, sem, contudo, afastar a possibilidade da existência de outros.

A relação entre centro e periferia, importante fator de incremento da circulação tanto do discurso desenvolvimentista/integrador, quanto do discurso exótico, também foi levantada na imagem constituída nos textos que retratam a sede da República (o Rio de Janeiro). Este fator, em alguns momentos, significou tanto a aquiescência ao modelo integrador imposto por um discurso republicano e nacionalista, como a revolta ou a negação dele, implicando, em contrapartida, na própria construção de uma autoimagem do local enquanto: foco de resistência, exemplo de integração ao nacional, ou conjunto complexo de interesses e sentimentos contraditórios entre si. Em boa parte das obras, no entanto, essa imagem da capital não fugiu ao lugar comum, sendo ela, quase sempre, o lugar distante de onde vêm as autoridades e as pessoas com maior grau de estudo. Ou ainda o local onde as famílias ricas mantêm-se durante o tempo em que não estão na Europa ou nas províncias amazônicas.

Neste caso específico, a “cidade grande” ou a “Capital”, exemplo de urbanidade e centro do poder republicano, funciona como um singular entrelugar, situado entre o que há de mais central (a Europa) e o que há de mais periférico (a Amazônia), espaço, por excelência onde se dá a ação destes enredos. Na maioria das vezes esse entrelugar não goza de uma identidade ou imagem muito específica ou mais constituída, figurando apenas como espaço obrigatório de passagem dos personagens em suas idas e vindas ao centro do poder brasileiro ou à Europa.

Para a categorização dos textos a partir da relação que estabeleciam com a construção de uma imagem para a Amazônia foi necessário a criação de um sistema de quadrantes nos quais prevalecia um tipo de discurso. Identificamos dois eixos de polarização nos quais a maioria dos discursos poderiam se enquadrar. No eixo a que chamaremos “X”, colocamos a dualidade entre o discurso desenvolvimentista/integrador (–) da Amazônia e o discurso em que prevaleceu o

exótico/misterioso(+). No outro eixo, ao qual chamaremos de eixo “Y” a dicotomização das questões referentes à qualificação deste espaço em “inferno verde (-)” e “paraíso terrestre (+)”. Para fins de melhor identificação dos quadrantes adotamos o padrão matemático (- +), sem, contudo, atribuir qualidades negativas aos quadrantes marcados com o sinal de subtração. O mesmo vale para o sinal de adição, cujo valor, assim como o de subtração é apenas de localização dos quadrantes na relação “X” x “Y”.

Deste modo, e do entrecruzamento destas categorias, pudemos qualificar as obras analisadas a partir de quatro diferentes ciclos, ou melhor, de quatro diferentes incidências em termos de construção imagético discursiva do contexto amazônico. O primeiro deles, a que chamaremos (X+, Y+) é o dos textos que propõem a Amazônia como um “paraíso exótico”, neste grupo, inserimos as obras que têm um caráter discursivo mais ufanista e edênico, no qual vigora também uma proposta discursiva de construção da figura do índio ainda muito calcada no imaginário rousseauiano. Estas características se fazem mais presentes nos romances do ciclo dos viajantes e da descoberta, assim como em romances, poemas e textos derivados do nosso romantismo, ou gerados a partir de um romantismo tardio, em função do delay presente nas literaturas mais periféricas.

Num segundo grupo a que chamaremos (X+, Y-), e que será formado dos textos que a propõem como um “paraíso integrado/de progresso e ciência”, constarão textos na maioria das vezes mais tardios, já próximos dos anos cinquenta quando se começa a pensar na criação da zona franca de Manaus como forma de melhor integrar e desenvolver a Amazônia falida e abandonada. Há, todavia, alguns textos (na maioria crônicas) do auge do ciclo da borracha que propõem uma imagem paradisíaca e progressista da Amazônia do fausto, fazendo com que nesta categoria se façam presentes obras destes dois diferentes momentos da história amazônica.

No quadrante seguinte (X-, Y-), dos textos nos quais ela aparece como um “inferno científico/integrado, temos os textos que em sua maioria tematizam a questão social e o abandono sofrido pela região após o período da derrocada da borracha. Uma parte destes segue uma proposta nostálgica e saudosista do ponto de vista das elites e de cunho social, mostrando a miséria e as implicações da decadência amazônica. Isto se dá, em grande medida, em função da forte influência sofrida pelos autores locais do prefácio escrito por Euclides da Cunha, no qual ele propõe uma Amazônia a ser

desenvolvida pelos não amazônicos, sustentando a ideia de que os que ali vivem se tronaram idolentes. Uma outra corrente, contudo, dado o alheamento de boa parte dos poetas e escritores deste período, parece concorrer em igualdade de condições e em número superior na publicação de textos com aqueles que se utilizam de um discurso mais crítico em relação à integração ao território nacional e ao decorrente abandono da região em sua derrocada econômica. Pode-se dizer (como de fato o faz Márcio Souza no seu *Expressão Amazonense*), que boa parte deles adota uma postura universalista, buscando temáticas greco-latinas ou cuja proposta nada parece ter a ver com a Amazônia. Mesmo esses, embora não o nominem diretamente, optando pela fuga ou por um surto de erudição singular, acabam por denotar um viés de fuga em sua produção literária, expressando assim, do meu ponto de vista, um descontentamento com o lugar de onde falam, um desejo nostálgico que soa estranho em meio ao burburinho da decadência amazônica. Em função disto, os aproximamos deste terceiro grupo dos que consideram a Amazônia um “inferno integrado e desenvolvimentista”.

O quarto grupo (X-, Y-), reunirá aqueles que descreveram a Amazônia como “inferno exótico”, sendo este o de maior abundância de textos, por contar com uma legião de escritores diretamente influenciados por Ferreira de Castro, assim como por Abguar Bastos, um traduzindo o ciclo da borracha, o outro o da coleta da castanha no Pará. Estas narrativas, em sua maioria têm como pano de fundo a tragédia humana, do ponto de vista social, descrevendo em tintas fortes as paisagens amazônicas e sua influência destruidora sobre o homem que a elas tenta resistir ou superar.

Na Amazônia, além da heterogeneidade de vozes, que não permite a nomeação explícita desses quatro quadrantes como ciclos ou períodos específicos de produção literária, há um outro fator em torno de obras e temas que produz o efeito de embaralhamento, inviabilizando uma periodização de ordem cronológica: a publicação tardia (em relação a sua concepção) de boa parte das obras de autores importantes. Não estou me referindo aqui ao *delay* literário que faz com que determinadas manifestações artísticas somente cheguem às periferias anos depois de seu *debut*. Me refiro ao fato de que alguns autores, quer pela sua pública e notória posição contestadora, quer pela novidade de sua existência nos círculos artísticos e editoriais, não conseguiram publicar seus textos logo após a conclusão do processo criativo. Nessa mesma linha estão aqueles autores cuja obra só foi publicada anos após a concepção em razão de não haver editoras em seu estado/região, ou de não alcançar as benesses do mecenato de estado.

Como exemplo, neste caso, poderíamos citar a obra inaugural de Nenê Maccagi – *A Mulher do Garimpo* (iniciada ainda nos anos 40), somente publicada em função da amizade da autora pelo governador do estado do Amazonas, em meados dos anos 70. Deve-se lembrar, no entanto, que as primeiras obras de Nenê datam da década de 30 e que embora a autora tenha ido para Roraima apenas em 1941, e publicado seu primeiro livro com temática roraimense apenas 35 anos depois, durante todo este período exerceu a crônica jornalística em jornais com os quais se correspondia e redigiu relatórios sobre suas funções no extinto SPI (Serviço de Proteção ao Índio – órgão federal que antecedeu a FUNAI). Dessa prática cotidiana, ainda que burocrática ou informativa, crê-se tenha levantado boa parte do material que compõe *A mulher do Garimpo*.

Outro exemplo um pouco diferente é o do escritor paraense Dalcídio Jurandir. Foi preciso em 1940, ganhar, com *Chove Nos Campos de Cachoeira*, sob o pseudônimo de Jagarajó, o primeiro lugar no concurso literário promovido pela Revista Dom Casmurro e pela editora Vecchi¹, para poder publicar, no ano seguinte, o livro que estava pronto desde 1929 e fora reformulado em 1939. Segundo Gunther Pressler, com “*Marajó*, publicado, [já pela editora José Olympio,] em 1947, e reeditado em 1978 e 1992, ganhou sob o título de *Marinatambola*, o terceiro lugar no concurso ‘Dom Casmurro’ da Editora Vecchi, em 1940” (Pressler, *in* Fernandes e Corrêa, 2007 p. 79). A aparente confusão, se explica: Dalcídio conseguiu a façanha de, no mesmo concurso, obter o primeiro e o terceiro lugares (este último empatado em pontos com o romance *Estrela do Pastor*), fato que lhe deu “imenso reconhecimento por parte da crítica, mas não do público em geral”, ainda segundo Pressler. No entanto, suas posições políticas contestadoras, sua ligação com o partido comunista, não lhe granjeavam amizades como as de Nenê Maccagi, fato que fez com que seus textos só viessem à luz muitos anos depois e apenas em função do financiamento ocasionado pela premiação recebida. Como ele autores como Eneida de Moraes (que na prisão conheceu Graciliano Ramos) e Max Nunes também não tiveram a sorte de ver seus textos publicados tão logo os concluíram. Para a maioria deles restou o caminho de publicá-los a partir de prêmios recebidos (Max Nunes recebe o Prêmio da Academia Paraense de Letras), ou de contatos estabelecidos na militância, fato que atrasará sua publicação.

¹ Conforme jornal Dom Casmurro, 1940.

Em função deste e de outros fatores, não há como fazer uma periodização mais efetiva a menos que se faça uma pesquisa mais aprofundada no sentido de saber quando, em que momento, foram concebidas as outras obras publicadas no período e a que contextos são referidas. Essa, contudo, é uma tarefa que escapa ao âmbito desta pesquisa pois demandaria uma leitura da correspondência, dos arquivos pessoais e/ou entrevistas com os familiares ou os próprios escritores que ainda permanecem entre nós, sendo, portanto, uma tarefa hercúlea.

Embora o objetivo inicial de nossa pesquisa fosse centrar as atenções apenas em material ficcional ou poético, e crítico sobre os autores, em alguns momentos foi necessário observar outros textos de cunho não literário dos mesmos autores. Alguns destes foram incluídos no escopo da pesquisa em função de sua importância para o autor ou de alguma particularidade que o tornou importante para este estudo. Como previsto na proposta inicial tratou-se de pesquisa bibliográfica que buscou além dos textos literários algumas obras de fortuna crítica, conforme lista já apontada acima.

Embora a imagem da Amazônia, em nosso trabalho, possa ter sido categorizada nos termos acima, a imagem que se faz sobre o Rio de Janeiro, então capital da República, não foi cunhada a partir dos mesmos critérios. Pensada no sentido oposto, a partir da periferia para o centro, a imagem da Cidade Maravilhosa é, quando ocorre, como dissemos antes, na maioria das vezes, a de um entrelugar de passagem. Há, no entanto, alguns casos em que esta imagem evolui na caracterização mais específica que se faz do local, derivando em imagens ricas e, em alguns casos surpreendentes.

É o caso de Nenê Maccagi em Roraima para ela a “cidade maravilhosa” entra em cena através de sua gente humilde, abundante, “pitoresca” e periférica, pelos seus apelidos (cada qual uma declaração de *personae*), pela sujeira, e por “uma coleção notável” que caracteriza o cortiço de onde a trama d’*A Mulher do Garimpo* parte:

Verdadeira multidão azafamada, como larva de varejeira em agitação contínua, borbulhava no interior do cortiço desde madrugada alta (...) Eram choros, batimentos de sapatos, pigarros, pragas, bocejos alarmantes, gargarejos ruidosos, gorjeios de pássaros, cantorias e tilintar de louça barata misturada com gritos, palavrões e ralhos. (MACAGGI, 2012, p. 23)

Enquanto o Rio de Janeiro é apresentado pelas gentes *sui generis* do cortiço, ironicamente a autora deixa transparecer, através da separação e caracterização social

que propõe uma visada exótica sobre a capital da República. O que se vê aí não são as grandes e largas avenidas, mas o beco; o que se vê ressaltado neste trecho não são os prédios públicos do centro da cidade, nem os seus pontos turísticos, muito menos suas praias, mas o cortiço, o que de certo modo pouco se conhece do Rio, a não ser através de Aluísio de Azevedo:

Os mais interessantes moradores do pombal formavam uma coleção notável. Eram todos conhecidos por alcunhas pitorescas quase sempre de uma propriedade espirituosíssima: Dolores-Cinco-Chagas, Espanhola do quatorze, flácida e gorda, cartomante andarilha que lia ‘buena dicha’ no cais do porto e amava os estivadores por trás dos sacos de café, seu apelido provinha de cinco chagas enormes que tinha nas pernas, três das quais eram falsas. Sebastiana veíuda(...) (MACAGGI, 2012, p. 24)

Deste modo, tem-se a impressão de que a autora busca traçar uma relação ideológica purificadora, num processo rousseauiano, num devir meio parnasiano, entre cidade e campo, no qual a metrópole, representada pela miséria e pela falta de educação, é corrupta e suja, enquanto o campo, menos sujeito às ambições suscitadas pela cidade grande, é em tudo grandioso, honesto e bem-apeado. Nesse aspecto, Boa Vista é apresentada pelos seus vultos históricos e fundacionais, gente da sociedade e das famílias ainda hoje mais influentes, mesmo que a narrativa não se dê no mesmo período em que essas personalidades existiram e eles apareçam ali apenas a título de explicação da história da cidade (cap. I, ep. II; cap. 13, ep. I; cap. 14, ep. II).

Por outro lado, foi possível observar em autores como Dalcídio Jurandir, em especial nos episódios de *Marajó* em que relata as andanças do jovem Missunga em seus estudos pela cidade do Rio de Janeiro, um certo desdém, pela capital em favor de cidades europeias, segundo o autor, mais próximas da Belém do início do século XX. Esta posição denuncia uma postura política em relação à capital da República e ao fato de que tudo na Amazônia, durante o período do fausto da borracha vinha de cidades d’além mar. Denuncia também a concretização de um processo de afastamento entre a província do Pará e a capital, num processo que tornará a Amazônia como um todo, uma espécie de pedinte de verbas e benefícios que culminarão, já na segunda metade do século XX na criação da zona franca de Manaus. A imagem que se faz aqui é de um Pará cuja elite preferia estudar fora, mas já não pode fazê-lo em função da decadência econômica. Em contrapartida a imagem que se faz do Rio de Janeiro é a de uma capital distante e indesejada, não exatamente opressora, mas indiferente ao Norte.

A construção identitária que se pretende fazer, no entanto, esbarra no preconceito das elites locais e para superá-lo é necessário deslizar muito. Deslizar em direção à conciliação com a capital. Deslizar em direção ao capital integrador e desenvolvimentista, deslizar em direções outras que não a do “atraso” que a floresta e tudo o que a represente implica. Mas, para que haja um mínimo de Amazônia como vimos nos exemplos dos viajantes e de Nenê e Dalcídio é preciso fazer concessões ao imaginário pré-estabelecido lá fora, para que se possa reconhecer a Amazônia como tal. Nessas horas o discurso do exotismo faz-se imprescindível. Deve-se condenar estes autores/poetas por isso?

Um exemplo destes deslocamentos pode ser encontrado na poesia de Zeca Preto, quando este, mesclando elementos tidos como tradicionais da cultura e da paisagem Paraense (sua terra natal), insere-os no seu contexto diaspórico, como partes da identidade local. Além disso, Eliakin Rufino, outro poeta do Roraima, fará letras de músicas com deslocamentos que agradam a ambos os discursos em contenda. Haverá uma referência ao exótico indígena, mas não será Amazônico, fato que, crê-se, agradaria também aos integradores/desenvolvimentistas da elite local:

Não, nós nunca, utilizamos nenhuma palavra indígena nas letras. Nós fazemos referências a elementos da cultura indígena. Inclusive, nas nossas letras, não tem nenhuma palavra yanomami, nenhuma palavra macuxi, nenhuma palavra wapixana. Esses termos indígenas que nós usamos nas letras são tupi-guarani, entende? São conhecidos. Por exemplo, jiquitaia, é uma pimenta típica daqui, a pimenta malagueta torrada e moída com sal, que é um dos ícones da culinária e é um dos ícones da cultura indígena. Jiquitaia é uma palavra tupi, cruviana é tupi, capitiana é tupi. Ou seja, nós nunca, exageramos na inclusão de elementos indígenas na música, não. Nós fazemos referências à dança do parixara, à damorida que é um dos pratos da culinária indígena, as farinhas, a mandioca que é indígena, essas populações indígenas são chamados “povos da mandioca”.(sic) (RUFINO, 2010)

Assim, o patchulí e outros símbolos de alhures, passam a constituir os elementos de uma imagem da identidade roraimense. A estratégia, embora não o pretenda, contribui para um discurso da unidade, do mesmo, de uma região homogênea, cujos elementos simbólicos encontram-se igualmente repartidos e difusos, o que não representa a Amazônia, ao mesmo tempo em que aponta sua pluralidade e exotismo, ao indicar esta mesma presença em solo estranho à origem. Assim se fabrica uma região

chamada Exótico, que, por via das dúvidas, também se integrou e se desenvolveu (tardiamente) juntamente com o restante do país.

Referências

DA REDAÇÃO. *DOM CASMURRO - Jornal*. Rio de Janeiro, Fac-símile da Biblioteca Nacional, Edição 160, p. 03, 03 ago. 1940. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=095605&PagFis=1054>>. Acesso 08 jul. 2016.

JURANDIR, Dalcídio. *Marajó*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1978.

MACAGGI, Nenê (Maria). *A Mulher do Garimpo: O romance do extremo sertão norte do Amazonas*. Boa Vista: Gráfica Real, 2012.

FARIAS, Gilson da Conceição Vitor. *Safra, retratos da vida e do homem amazônico na produção da castanha*. 2010. 96 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Belém, 2010. Programa de Pós-Graduação em Letras.

PRESSLER, Gunter Karl. *O Mundo Universal do Marajó e da Amazônia na obra de Dalcídio Jurandir. Uma introdução à leitura do romance Marajó in FERNANDES, José Guilherme dos Santos & CORRÊA, Paulo Maués. Estudos de Literatura da Amazônia: prosadores paraenses*. Belém: UFPA, 2007.

MACCAGI, Nenê. *A Mulher do Garimpo*.

MIBIELLI, Roberto. Nenê Macaggi, Desenvolvimento e Exotismo n'A Mulher Do Garimpo. In: Maria do Socorro Galvão Simões, Luciana Marino do Nascimento. (Org.). *Traços e Laços da Amazônia*. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016, v. 1, p. 201-221.